

---

# COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008/2011

## Ata da 5ª Reunião

Em 17 (dezessete) de setembro de 2009 (dois mil e nove), foi realizada a 5ª (quinta) reunião ordinária da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual 2008/2011 (CMA), com a presença dos seguintes participantes: (1) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) – (1.1) da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) -AFONSO OLIVEIRA DE ALMEIDA, representante titular e Coordenador da CMA; -CILAIR RODRIGUES DE ABREU, Coordenador substituto, e Diretor do Departamento de Gestão do Ciclo do Planejamento e representante suplente; CRISTIAN DE OLIVEIRA LIMA e PAULO AUGUSTO MIERS ZABOT, Analistas de Planejamento e Orçamento – (1.2) da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) -RUY SILVA PESSOA, representante titular; – (1.3) da Secretaria de Gestão (SEGES) -LUCIANO RODRIGUES MAIA PINTO, representante titular; (1.4) do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) -JOSÉ AURÉLIO LIMA; (2) do Ministério da Fazenda (MF) – (2.1) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) -MARCELO XAVIER DOS REIS, representante titular da Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação (CTMA); – (2.2) da Secretaria de Política Econômica (SPE) -MARISA SOCORRO DIAS DURÃES, representante titular; (3) da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) – (3.1) da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) -JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JÚNIOR, representantes titular; LUCIANA MENDES SANTOS SERVO e MARIA MARTHA CASSIOLATO, Técnicas de Planejamento e Pesquisa – (4) da Casa Civil da Presidência da República (CC) – (4.1) da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais (SAG) -PAULO ROBERTO PAIVA, representante suplente. **I-INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS E CONFERÊNCIA DE QUORUM** A reunião foi instalada pelo Coordenador substituto da CMA, Diretor do Departamento de Gestão do Ciclo do Planejamento da SPI, momento em que houve a confirmação de que o representante da STN participaria da reunião, mas apenas com direito de voz. Em seguida houve a verificação e confirmação da presença de maioria simples dos seus membros o que permitiu o desenvolvimento dos trabalhos, com a proposição de ajustes na ordem da Pauta, devido a ausência no início dos trabalhos do representante titular da SPI, com inversão do item 5 Análise e manifestação quanto a constituição de Grupo de Trabalho, para o lugar do item 2 e, conseqüentemente nova distribuição para os demais itens, havendo a manifestação favorável dos participantes. **II-LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** Por meio de mensagem *e-mail* houve o envio da Ata da 4ª (quarta) reunião ordinária para os representantes participantes daquela reunião, desta forma sendo dispensada a sua leitura e solicitado se haveria a necessidade de alguma correção e/ou ajuste, no que houve a solicitação do representante do DEST para que fosse corrigido o seu nome, o que foi providenciado, assim tendo sido aprovada a Ata e remetida para a assinatura do Coordenador, com posterior arquivamento da via original na Secretaria Executiva da CMA. **III-DELIBERAÇÃO SOBRE A ORDEM DO DIA** Em continuidade aos trabalhos, o Coordenador substituto convida os participantes do IPEA para prestarem alguns esclarecimentos e/ou informações complementares quanto a **Item 5 da pauta: Análise e manifestação quanto a constituição de Grupo de Trabalho, com atribuições específicas para discussão da proposta de Avaliação Rápida de programa a partir de piloto a ser desenvolvido no âmbito da política pública de saúde**, no que o representante faz uma contextualização quanto a esta proposta, a qual teve origem a mais ou menos um atrás, no âmbito do Fórum de Integração do Ciclo de Gestão das Políticas Públicas, mediante a discussão conduzida para o Projeto Piloto do Grupo de Saúde que resultou na apresentação e encaminhamento via CTMA de providências para a designação formal dos representantes de cada instituição para compor o GT Saúde de forma a viabilizar a realização de uma Avaliação Rápida, com o propósito de melhoria do programa e também de fortalecer a integração das equipes técnicas de um programa na área de saúde, visando os objetivos de realizar uma avaliação diferenciada, por fase e numa metodologia que fosse além do aspecto de desenho do programa e outro de caráter mais metodológico que é o de exercitar um método e desenvolver um processo, a partir de um piloto, para se verificar a possibilidade de aplicação em outros programas. Registra-se a saída do representante da SAG, por motivo de chamada do Gabinete da Casa Civil. Em seguida a Sra. LUCIANA SERVO (IPEA) informou que

55 um dos problemas na área de saúde da família é que Unidades da Federação com maior estrutura e  
56 arrecadação não avançam no modelo que é disseminado e preconizado pelo Ministério da Saúde  
57 (MS), pois tem um entendimento de que o desenho não atende as finalidades dos serviços que são  
58 oferecidos à população, e reforçou que representantes das instituições na CTMA trabalharam uma  
59 metodologia que, em uma das suas fases (“exploração da realidade”), permite analisar esse tipo de  
60 questão, explorando as visões e formas de implementações de quem administra o recurso  
61 localmente, seria um olhar mais próximo, com o fim de verificar sua adequação. Com essas  
62 considerações gerais, o Coordenador substituto, no aspecto de compreensão geral da proposta da  
63 constituição do GT, abre a palavra para os demais membros. O representante da SEGES observa que  
64 é um trabalho importante, e optar pela Avaliação Rápida significa um aumento na produção de  
65 informações no curto prazo para apoiar as decisões do gestor público, ao mesmo tempo em que  
66 atende as expectativas do Órgão Central. Destaca que trabalhar sob a ótica de integração dos órgãos  
67 sob as dimensões das equipes, das informações, das tecnologias estrutura melhor a forma de  
68 intervenção e de relacionamento com os órgãos responsáveis por programas do PPA. O  
69 representante da SOF registra que a avaliação deve produzir algum efeito nos programas, com  
70 ajustes e modificações de alguma forma. O Coordenador substituto destaca que é preciso estabelecer  
71 a consequência da avaliação e que a organização de um processo em si já produz um efeito positivo  
72 na gestão do programa, sendo preciso mecanismos de potencializar esse efeito e assegurar o seu uso  
73 de forma generalizada. A Sra. LUCIANA SERVO (IPEA) reforça que a participação de  
74 representantes do MS é requisito, pois se não há o envolvimento do gestor desde o início, não há uso  
75 do instrumento e, dialogando-se desde o começo assegura que o autor é o gestor, o planejamento é  
76 usuário e faliçador. O representante da SEGES destacou que uma das etapas do processo, muito  
77 importante, é a sensibilização da equipe gerencial com o alinhamento das expectativas. O  
78 representante da SOF ressalta que a integração dos representantes do MS poderia ser conduzida por  
79 meio de articulação e encaminhamentos pela Secretaria Executiva da CMA e o próprio MS. O  
80 representante do IPEA lembra que o grupo de avaliação que constituiu e iniciou a proposta já existe  
81 no âmbito do Fórum de Integração do Ciclo de Gestão das Políticas Públicas. Após esses  
82 comentários gerais, o Coordenador substituto solicita a apreciação da minuta de Deliberação, anexa  
83 a Pauta, para as considerações de encaminhamento de manifestação quanto a constituição do GT,  
84 consolidando os seguintes ajustes e adequações no conteúdo da mesma: (i) no inciso IV do Art. 1º  
85 com a nova redação de sugestões para aperfeiçoamento do programa; (ii) a reformulação da  
86 representatividade dos órgãos, constante dos incisos do Art. 2º, que deverão integrar o GT: pelo MP  
87 excluir o IBGE, pelo MF incluir a SPE, e excluir pela CC/PR e pelo MS; (iii) no parágrafo segundo  
88 do Art. 2º a substituição de “... submeterão a CMA ...” para “... submeterão a CTMA ...” e inclusão  
89 da expressão “e o recurso necessário” após “... cronograma referencial”; (iv) nova redação para o  
90 parágrafo terceiro do Art. 2º “O GT-SAÚDE deliberará quanto a melhor forma de organização e  
91 estrutura de seu funcionamento.”; (v) exclusão do parágrafo quarto do Art. 2º; e (vi) no Art. 5º  
92 incluir a expressão “... podendo ser prorrogado por igual período”. Considerando esses  
93 ajustes/adequações na minuta de Deliberação, o Coordenador substituto colocou em votação a  
94 referida proposta ajustada de Deliberação, tendo sido **aprovada por unanimidade**, havendo o  
95 encaminhamento para que a Secretaria Executiva da CMA emita uma nova versão e encaminhe aos  
96 membros, e após colha a assinatura do Secretário Executivo, com as providências de publicação no  
97 sítio da *internet* do MP e comunicação oficial aos órgãos que integrarão o GT-SAÚDE. **Item 3 da**  
98 **pauta: Apresentação dos ajustes/adequações incluídos no Regimento Interno da CMA, em**  
99 **conformidade a publicação da Portaria MP Nº 183, de 7 de julho de 2009.** O Coordenador  
100 substituto, em continuidade aos trabalhos, realizou a apresentação do quadro comparativo dos  
101 ajustes/alterações promovidas na proposta de Regimento Interno na versão de 24 de março de 2009  
102 com a edição e publicação da Portaria MP Nº 183, de 7 de julho de 2009, informando que: (i) houve  
103 ajustes de redação nos incisos III, IV e V do Art. 1º, no parágrafo único do Art. 20 e nos Arts. 24 e  
104 27; (ii) houve as exclusões do inciso IV do Art. 1º por possível conflito de competência com os  
105 órgãos do MP e a atuação da CGU/PR, e do Art. 27, pois o regimento faz parte do Anexo de Portaria  
106 Ministerial que já especifica entra em vigor na data da sua publicação; e (iii) houve as inclusões do  
107 Art. 9º que estabelece formas e procedimentos para acompanhamento dos PGV’s aprovados pela

108 CMA, e do Art. 20 que especifica a função da SPI como Secretaria Executiva da CTPGV, para ficar  
109 em acordo com a estrutura de funcionamento da CTPGV. Item informativo, com considerações de  
110 ordem geral pela manifestação sem ressalvas. **Item 4 da pauta: Apreciação e deliberação quanto**  
111 **ao 'Manual de Apresentação de Estudos de Viabilidade de Projetos de Grande Vulto' em sua**  
112 **Versão 2.0, aprovada na 4ª Reunião Ordinária da CTPGV.** Em seguida o Coordenador substituto,  
113 passou a palavra ao Sr. CRISTIAN LIMA (SPI) para prestar as informações complementares e  
114 esclarecimentos quanto à proposta, que realizou a leitura das Justificativas Técnicas para Propostas  
115 de Ajuste no Manual Geral de Apresentação de Estudos de Viabilidade de Projetos de Grande Vulto,  
116 anexa do Memorando N° 310/CTPGV/CMA/MP, de 14 de julho de 2009, que encaminhou a  
117 deliberação do Plenário daquela Câmara Técnica, com proposição de minuta de Resolução para a  
118 apreciação e manifestação do Plenário da CMA. Após essa apresentação, o Coordenador substituto  
119 colocou em votação a minuta de Resolução, tendo sido apreciada pelos presentes. O representante da  
120 SEGES ressaltou que futuramente o manual deva contemplar a necessidade de análise da capacidade  
121 do órgão em implementar o projeto numa visão de conjunto das ações sob sua responsabilidade,  
122 considerando aspectos como o histórico de execução dos projetos, os recursos humanos e a  
123 capacidade instalada. A Resolução com manifestação favorável foi **aprovada por unanimidade**  
124 com o encaminhamento para que a Secretaria Executiva da CMA adote as devidas providências para  
125 a sua publicação no DOU. **Item 5 da pauta: Apresentação da proposta de Carteira de**  
126 **Investimentos 2011-2015.** Momento em que o Coordenador substituto informa que o representante  
127 titular da SPI, Sr. AFONSO ALMEIDA realizará apresentação e retomará a Coordenação dos  
128 trabalhos, sendo que a apresentação contou com a colaboração do Sr. PAULO ZABOT (SPI) e foi  
129 informado que se trata de uma metodologia para a formação de uma Carteira de Investimento do  
130 Governo Federal, pois os Ministérios da área de Infra-estrutura não respondem inteiramente pelos  
131 investimentos e que o propósito futuro é viabilizar a construção de um perfil sócio-econômico das  
132 Unidades da Federação para ter uma visão e compreensão da implementação desses projetos no  
133 âmbito das políticas públicas. Em seguida abriu a palavra para os participantes, que em síntese  
134 consideraram muito importante a proposta e que pode motivar a participação e envolvimento de  
135 áreas de seus órgãos em apoio à construção dessa metodologia, bem como solicitaram o  
136 encaminhamento de cópia da apresentação, o que foi aprovado e determinado à Secretaria Executiva  
137 da CMA adote as devidas providências. **IV-DISCUSSÃO DOS ASSUNTOS DE ORDEM**  
138 **GERAL:** Em continuidade aos trabalhos, registrando-se a saída do representante titular da SPI, o  
139 Coordenador substituto informou que se encontra no material distribuído junto a Pauta, informes  
140 gerais, o qual contém: (i) informações da Avaliação do PPA 2008/2011, exercício 2009–ano base  
141 2008, com dados gerais de síntese do processo, destacando que se encontra em elaboração  
142 documento completo e com análises da SPI; (ii) projetos relativos ao ciclo de gestão do PPA  
143 2008/2011 em andamento na SPI, contemplando informações gerais sobre o Modelo Lógico em sua  
144 versão 2009 a elaboração do Guia Metodológico de Indicadores de Programas do PPA, onde constou  
145 a versão em minuta do Guia de Referência; (iii) informação sobre a resposta da SPI quanto à  
146 recomendação do TCU que constou nas Contas do Presidente do exercício de 2008 (Ofício N°  
147 20876/2009/SE/CGU-PR, de 03 de junho de 2009) de que: “à Casa Civil que se articule com o MP  
148 no sentido de elaborar um plano de ação para fortalecer os sistemas de planejamento, avaliação,  
149 monitoramento e controle da Administração Pública”. Também foi registrada, como indicativa  
150 realização de reunião extraordinária no próximo dia 29 de setembro – com o propósito de análise e  
151 manifestação de sobre os estudos de viabilidades técnicas e socioeconômicas de PPGV’s relacionados  
152 à Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto N° 6.703, de 2008. **V-ENCERRAMENTO**  
153 **DOS TRABALHOS** A reunião foi encerrada, com os agradecimentos da coordenação. Para constar,  
154 foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada pelos membros participantes, vai assinada pelo  
155 Coordenador substituto da CMA, senhor Ciliar Rodrigues de Abreu e arquivada em via original na  
156 Secretaria Executiva da CMA.

157  
158  
159 **CILAIR RODRIGUES DE ABREU**

160 Coordenador substituto